

Audiência Pública nº 35/2020 - 2ª Fase - Metodologias para a Revisão Tarifária da Copasa e da Copanor

Joel <musman14@terra.com.br>

sex 22/01/2021 15:21

Para: Arsae - Audiencia Publica 35 <audienciapublica35@arsae.mg.gov.br>;

Prezados Senhores,

A Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, alterou o Art. 10-B da Lei nº 11.445, DE 5 de janeiro de 2007, e deu a seguinte redação "Art. 10-B. Os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos desta Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.

Parágrafo único. A metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada será regulamentada por decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias."

O MODELO DE REGULAÇÃO TARIFÁRIA ADOTADO PARA A COPANOR, apresentado na NOTA TÉCNICA CRE 14/2020 - 3ª Revisão Tarifária Periódica da Copanor - Reconstrução da Receita Tarifária, Índice de Reposicionamento Tarifário e Efeito Tarifário Médio, faz com que os contratos da COPANOR sejam inviáveis economicamente, não permitam que a mesma se endivide, não tenha recursos próprios e dependa de "subsídios" onerosos aos usuários da Copasa, para universalizar os serviços de saneamento, nas áreas contratadas. Isto, em breve, causará a caducidade de TODOS os contratos, pela não comprovação da capacidade econômico-financeira e a paralização da prestação dos serviços em todas as localidades.

Também, a mesma Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, define "Subsídios", como "instrumentos econômicos de política social que contribuem para a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico por parte de populações de baixa renda". No caso da COPANOR, esta Agência está determinando que os "subsídios" sejam aplicados aos usuários da Baixa à Alta Renda.

Diante do exposto, sugerimos alterar o modelo de regulação adotado, de forma que a COPANOR se torne uma empresa autossustentável e que, no mínimo, tenha capacidade financeira para cobrir todos seus custos e seus investimentos.

Onerar os usuários da Copasa retira desta competitividade regional, além de obrigar usuários de Baixa Renda a subsidiar usuários de Alta Renda da COPANOR e desvirtuar a motivação (aportes do Governo do Estado de MG) da criação da companhia.

Agradeço a atenção dispensada e coloco-me ao vosso dispor para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joel Musman